

Contribuições das

CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade

FABIANO ELOY ATÍLIO BATISTA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora
Ano 2022

Contribuições das

CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade

FABIANO ELOY ATÍLIO BATISTA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Contribuições das ciências humanas para a sociedade

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Fabiano Eloy Atílio Batista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C764 Contribuições das ciências humanas para a sociedade /
Organizador Fabiano Eloy Atílio Batista. – Ponta Grossa
- PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-903-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.032221802>

1. Ciências humanas. 2. Sociedade. I. Batista, Fabiano
Eloy Atílio (Organizador). II. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Caros leitores e leitoras;

A coletânea '**Contribuições das ciências humanas para a sociedade**', dividida em dois volumes, reúne textos de autores e autoras nacionais e internacionais que propõem em trazer discussões atuais, críticas e necessárias sobre a importância, bem como as diversas contribuições dos estudos na área das Ciências Humanas para a sociedade.

Assim, ao longo dos 35 artigos podemos vislumbrar uma série de indagações, questionamentos e reflexões, que negam, afirmam e constroem saberes para que possamos entender e ampliar nosso repertório de conhecimento sobre as mais diversas sociedades e culturas.

Ao longo do primeiro volume é exposto um conjunto de textos que tematizam sobre um panorama nacional, enfatizando, sobretudo, as contribuições das Ciências Humanas para compreensão das dinâmicas e interações no Brasil. Assim, as principais abordagens e temáticas deste volume são: questões regionais, política e planejamento, educação e ciência, representações sociais sobre a velhice, agricultura familiar, questões mercadológicas, condições de trabalho, religião, dentre outros temas que exploram, cada qual a sua maneira, a realidade brasileira e as múltiplas relações com as Ciências Humanas.

No segundo volume os textos reunidos discutem sobre as produções das identidades, subjetivações, metodologias e epistemologia das Ciências Humanas, questões sobre a comunidade surda, juventude, suicídio, vida e morte e processos discursivos, se consolidando como uma abordagem multidisciplinar dentro das Ciências Humanas.

Neste sentido, podemos compreender, a partir das leituras, que as contribuições das Ciências Humanas, ao longo dos anos, nos permitem, conhecer nossa história, a história dos outros, entender o homem e a sociedade como um todo. Suas contribuições nos fornecem informações sobre Política, Mercado, Trabalho, Artes, Natureza, Relações Sociais, dentre outras instâncias da vida humana que precisam, cotidianamente, serem perscrutadas, remexidas e revisitadas, pois todas essas informações fazem de nós seres críticos e nos permitem a entender a realidade a nossa volta.

Por fim, esperamos que a coletânea '**Contribuições das ciências humanas para a sociedade**' possa se mostrar como uma possibilidade discursiva para novas pesquisas e novos olhares sobre as contribuições das Ciências Humanas para a sociedade, buscando, cada vez mais, uma ampliação do conhecimento em diversos níveis.

A todos e todas, esperamos que gostem e que tenham uma agradável leitura!

Fabiano Eloy Atílio Batista

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A QUESTÃO REGIONAL E AS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO NO BRASIL:
APRECIÇÕES

Franciclézia de Sousa Barreto Silva

Alberto de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218021>

CAPÍTULO 2..... 13

A HISTÓRIA DO CENTRO EDUCACIONAL FUNDAÇÃO IBIFAM (CEFI): EXPERIÊNCIA
PIONEIRA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NA ESCOLA BÁSICA EM
BELÉM-PA

Reginaldo do Socorro Martins da Silva

Ney Cristina Monteiro de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218022>

CAPÍTULO 3..... 32

ASPECTOS DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA VELHICE ENTRE OS SUJEITOS
VELHOS DA CIDADE SENHOR DO BONFIM – BA

Valéria Cunha Rodrigues

Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218023>

CAPÍTULO 4..... 50

O LUGAR DOS CAMPONESES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO AMAPÁ

Manoel Osvanil Bezerra Bacelar

Hilene Marilan Lima Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218024>

CAPÍTULO 5..... 67

OS REBATIMENTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
(PNAE) COMO PERSPECTIVA DE MELHORIAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA PARA
AS MULHERES DO MEIO RURAL: UM ESTUDO DE CASO DAS MANGABEIRAS DO
POVOADO PORTEIRAS EM JAPARATUBA/SE

Handresha da Rocha Santos

Sandra Andréa Souza Rodrigues

Hádrian George da Rocha Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218025>

CAPÍTULO 6..... 77

PERFIL ANTROPOMÉTRICO E OS FATORES DE RISCOS CARDIOVASCULARES EM
FREQUENTADORES DA PRAÇA BATISTA CAMPOS NA CIDADE DE BELÉM (PA)

Rafaelle Maria da Silva

Caroline Moraes Monteiro

Thiago dos Santos Cruz

Carmen Françaasy Martins Nascimento

Daniele Magalhães Souza
Josiana Kely Rodrigues Moreira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218026>

CAPÍTULO 7..... 86

POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA NA BAHIA: RELATOS SOBRE AÇÕES ENTRE 1970 E 1990

Alex Vieira dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218027>

CAPÍTULO 8..... 98

TRATANDO RISCOS: OFERECER CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA ATRAVÉS DE GRUPOS TEMÁTICOS PARA JOVENS NO MUNICÍPIO DE ESMERALDAS/MG

Viviane Andrade Pinheiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218028>

CAPÍTULO 9..... 104

SHOW OPINIÃO: ARTE, POLÍTICA E CRIAÇÃO TEATRAL NO BRASIL DOS ANOS 1960

Kátia Rodrigues Paranhos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218029>

CAPÍTULO 10..... 115

ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO DAS REPORTAGENS EM CAMPO GRANDE, MS SOBRE OS POVOS HAITIANOS: APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DO OUTRO POR INTERMÉDIO DA ENUNCIÇÃO MUDIÁTICA

Euzenir Francisca da Silva

Melly Fátima Goes Sena

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180210>

CAPÍTULO 11..... 134

CICLO DE VIDA DO MERCADO MUNICIPAL PAULISTANO

Márcia Regina Valle Mielke

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180211>

CAPÍTULO 12..... 146

O MERCADO IMOBILIÁRIO EM MARÍLIA (SP) E O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL

André Pimenta Mota

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180212>

CAPÍTULO 13..... 166

FINANÇAS PESSOAIS E TESOURO DIRETO: UMA ANÁLISE PRÁTICA PARA GERIR OS CUSTOS DOS INVESTIMENTOS NOS TÍTULOS DO TESOURO DIRETO

Eduardo Alvim Guedes Alcoforado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180213>

CAPÍTULO 14.....	186
CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO INTERMITENTE ENQUANTO PRECARIZAÇÃO	
Gabriel Bacarol Kerber	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180214	
CAPÍTULO 15.....	194
ANÁLISE DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS APLICADAS PELA FUNDAÇÃO CASA À LUZ DA TEORIA DE WINNICOTT	
Alex Pereira de Sousa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180215	
CAPÍTULO 16.....	204
A UMBANDA E O CANDOMBLÉ NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO SOBRE A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E A SUA RELAÇÃO RACIAL	
Francisco Rangel dos Santos Sá Lima	
Cícero Nilton Moreira da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180216	
CAPÍTULO 17.....	212
CIVILIZAÇÃO NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI	
André Soares Ferreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180217	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	224
ÍNDICE REMISSIVO.....	225

OS REBATIMENTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) COMO PERSPECTIVA DE MELHORIAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA PARA AS MULHERES DO MEIO RURAL: UM ESTUDO DE CASO DAS MANGABEIRAS DO POVOADO PORTEIRAS EM JAPARATUBA/SE

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 18/11/2021

Handresha da Rocha Santos

Licenciada em Geografia DGE/UFS Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Gestão Ambiental. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Transformações no Mundo Rural
<http://lattes.cnpq.br/6395191319123614>

Sandra Andréa Souza Rodrigues

Licenciada em Geografia Universidade Tiradentes, Bacharel em Geografia DGE/UFS e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Planejamento e Gestão Ambiental. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Transformações no Mundo Rural
<http://lattes.cnpq.br/4287623205791709>

Hádrian George da Rocha Santos

Graduando em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Sergipe. Integrante do Núcleo de Tecnologia Social do Departamento de Engenharia Mecânica/NTS/UFS. Instituição: Universidade Federal de Sergipe
<http://lattes.cnpq.br/2104716768059271>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo geral, analisar a importância das políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar, e o cooperativismo como forma de organização social e produtiva na agricultura.

Diante do objetivo proposto, foram adotados como procedimentos metodológicos uma revisão teórica bibliográfica em artigos, livros e textos complementares e um estudo de caso realizando trabalho de campo com entrevistas. Quanto aos resultados é pertinente elucidar que, a parceria com as cooperativas oferece aos seus participantes melhores condições econômicas e sociais, devido a possibilidade de escoamento dos produtos. Portanto, a atuação das cooperativas neste sentido promove avanços para o desenvolvimento rural apoiado pelo governo assegurando o discurso da melhoria na condição de vida, para subsidiar a permanência dos produtores nas regiões rurais por meio de políticas públicas e evitar o esvaziamento rural.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar, Cooperativismo, Políticas Públicas.

THE REPLACEMENT OF THE NATIONAL PROGRAM FOR SCHOOL FOOD (PNAE) AS A PERSPECTIVE OF IMPROVEMENTS IN THE CONDITIONS OF LIFE FOR RURAL WOMEN: A CASE STUDY OF MANGABEIRAS THE PORTEIRAS TOWN IN JAPARATUBA/SE

ABSTRACT: This article aims to analyze the importance of public policies for the development of family agriculture, and cooperativism as a form of social and productive organization in agriculture. In view of the proposed objective, a theoretical review of articles, books and complementary texts was used as methodological procedures and a case study was carried out in the field with interviews. Regarding the results, it is pertinent to state that the main characteristic of

cooperatives is to offer their participants better economic and social conditions. Therefore, the work of the cooperatives elucidates in this sense their due importance, with the perspective of triggering advances for the rural development supported by the government assuring the discourse of the improvement in the condition of life, o promote the permanence of producers in rural areas through public policies and avoid rural emptying.

KEYWORDS: Family Agriculture, Cooperativism, Public Policies.

1 | A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DO COOPERATIVISMO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

As políticas públicas tem como princípio o desenvolvimento, que ocorre a partir da igualdade dos indicadores referentes à qualidade de vida da população, como saneamento básico, saúde, habitação, bem estar e educação, e nas palavras Furtado (2004, p.484) o desenvolvimento pode ser descrito como o acesso coletivo ao bem estar.

O desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimentos e metamorfoseia em desenvolvimento. O desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento e produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade.

A presença de diversos atores envolvidos nesse processo de desenvolvimento deve elaborar a melhor forma para o desenvolvimento com geração de renda, oportunidades de mercado, além de questões sociais e benefícios.

Para Amartya Sen (2000) o bem estar não precisa ser conquistado exclusivamente a partir de políticas assistencialistas, correndo-se o risco de constituir os seus interessados em beneficiários passivos. Mas, ao contrário, “com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros” (Sen, 2000, p. 26). Assim, destaca se a importância das políticas públicas e a participação do Estado no combate às más condições de vida e pobreza.

Na contemporaneidade, a aplicação das políticas públicas no campo tem introduzido inovações responsáveis pela diversificação social e produtiva, isso gerou melhoria nas condições de vida, considerado pelo governo brasileiro, como uma forma de melhoria para a população rural, onde por meio do cooperativismo tem encontrado uma base para seu desenvolvimento. Este vem, proporcionando a vinculação do progresso e desenvolvimento econômico possibilitando um grande crescimento na economia gerada pela produção, sendo que as cooperativas passaram a ser consideradas como uma das saídas para o desenvolvimento socioeconômico do país. A cooperação agrícola é um modelo que visa beneficiar e resolver alguns problemas como o alcance dos mercados institucionais pelos agricultores familiares.

O fomento ao cooperativismo no meio rural procura unir os agricultores familiares em torno de objetivos comuns, gerando também economia de escala a nível local e regional permitindo condições de produção e comercialização mais adequadas e favoráveis à inserção nos mercados. Visto que, por meio do cooperativismo ou associativismo a agricultura familiar pode integrar forças para responder aos desafios impostos pela concorrência dos mercados melhorando sua inserção, principalmente nos setores que existem compras públicas de alimentos.

Atualmente, o cooperativismo é um dos setores em que há uma grande participação no meio rural, isso ocorre pelo fato das pessoas se organizar em busca de criar novas formas de produzir e consumir, agregar valor ao produto, fortalecendo o desenvolvimento. De acordo com Ploeg (2008, p.372):

As associações e cooperativas estabelecem ligações entre a população agrícola e rural bem como formas organizacionais que estabelecem esforços em ultrapassar a crise agrícola. Assim essas práticas estabeleceram ligações e um novo padrão de instituições, as quais visam uma melhora radical nas relações entre os agricultores e o estado. De modo que ocorrem novas formas de auto regulação local e a aplicação de novas estratégias para o desenvolvimento rural sustentável.

Grisa (2009) afirma que os mercados institucionais podem ser objetivamente definidos como uma configuração específica de mercado em que as redes de troca assumem estrutura particular, previamente determinada por normas e convenções negociadas por um conjunto de atores e organizações, onde o Estado geralmente assume papel central, notadamente através de compras públicas.

O fomento e fortalecimento da agricultura local são importantes para que a sociedade possa ter acesso ao alimento de qualidade e com a certeza de origem. Dessa forma, o agricultor familiar diversifica a produção e aumenta sua renda. Simultaneamente, o jovem rural vê a possibilidade de continuar um negócio com boas perspectivas.

Programas de política pública de alimentação escolar, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), exige a compra direta por parte dos estados e municípios de alimentos produzidos pela agricultura familiar.

O surgimento do programa é da década de 1940, quando o então Instituto de Nutrição defendia a proposta de o Governo Federal oferecer alimentação nas escolas públicas. Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio do Programa Suplementar de Alimentação Escolar a ser oferecido pelos governos Federal, estadual e municipal (BRASIL/FNDE, 2011).

A partir de junho de 2009, a Lei no 11.947 determinou que pelo menos 30% do valor destinado a alimentação escolar brasileira deveria ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar. Além de favorecer a articulação entre produção e consumo, o controle dos preços, a garantia de mercado, a criação de novos mercados e a inserção

do consumo de produtos tradicionais de cada região.

O PNAE tem contribuído não apenas para superação da pobreza mas, também vem dinamizando regiões e aumentando possibilidades para um desenvolvimento rural sustentável. Pois a integração das políticas públicas de segurança alimentar com as políticas direcionadas para o mundo rural, junto ao reconhecimento e importância da agricultura familiar ressaltam o potencial das suas ações para o fortalecimento econômico e oportunidade de impulsionar as economias.

A lei deixa claro o incentivo dado à produção da agricultura familiar e a prioridades às comunidades indígenas e quilombolas. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo trinta por cento deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da Reforma Agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

O fomento e fortalecimento da agricultura local são importantes para que a sociedade possa ter acesso ao alimento de qualidade e com a certeza de origem. Dessa forma, o agricultor familiar diversifica a produção e aumenta sua renda. Simultaneamente, o jovem rural vê a possibilidade de continuar um negócio com boas perspectivas.

Ainda que reconhecida a importância da agricultura familiar para o abastecimento e segurança alimentar no mundo, esse segmento é frequentemente desafiado a apresentar respostas cada vez mais rápidas frente aos processos de globalização. No Brasil, o Nordeste é a região que concentra o maior contingente de agricultores familiares, totalizando 49% dos indivíduos ocupados na agricultura brasileira (GUANZIROLI et. al., 2001). É importante ressaltar a observação muito oportuna de Wanderley (2001) ao dizer que é também no Nordeste

“onde a agricultura ainda é, e será por muito tempo, a fonte principal de ocupação e renda, a base para a criação de novas alternativas econômicas e para o desenvolvimento de atividades de transformação e comercialização” (WANDERLEY, 2001, pág. 38).

Nesse contexto, Singer (2002) afirma que a alternativa de superar tal desafio, aparece na economia solidária, isto é, outro modo de produção, cujos princípios baseiam-se na propriedade coletiva ou associada ao capital, e o direito à liberdade individual, reunindo todos que produzem em uma única classe de trabalhadores possuidores iguais de capital, seja em cooperativas ou sociedades econômicas.

A economia solidária, desse modo, representa a modificação das relações de trabalho e consumo no âmbito coletivo, proporcionando a manutenção de postos de trabalho, inibindo a falência de empresas, a exclusão de trabalhadores e as condições precárias de trabalho. Fundamenta-se na empresa comunitária, na agricultura familiar e em cooperativas, todos balizados na autogestão.

O modelo agrícola industrial exigiu da agricultura familiar, a disponibilidade de

capital, para que pudesse ser produtiva e se inserir dentro dos padrões do mercado agrícola capitalista. Este modelo foi sem dúvida um grande problema, ao modo que muitos dos agricultores não tiveram sucesso, provocando sua exclusão do processo e levando em grande parte ao êxodo rural. Desde os anos 90 os governos lançam algumas mudanças na coordenação das políticas de assentamento passando a privilegiar a chamada agricultura familiar como linha estratégica do desenvolvimento rural.

Com isso, a questão do desenvolvimento local começa a ganhar importância na elaboração das políticas públicas nos órgãos responsáveis pela reforma agrária. Apesar da crise agrária que pega de forma mais significativa os pequenos agricultores descapitalizados, a agricultura familiar desempenha um importante papel, à medida que colabora para a permanência no espaço rural.

De acordo com o Ministério da agricultura, Pecuária e Abastecimento. Atualmente, o movimento cooperativista vem sendo usado como forma de introduzir inovações responsáveis pela diversificação social e produtiva gerando melhoria nas condições de vida, considerado pelo governo brasileiro, como uma forma de ampliação do modo de produção capitalista que tem encontrado uma base para seu desenvolvimento na criação dos padrões cooperativistas.

A mídia juntamente com o governo brasileiro vem promovendo a vinculação do progresso e desenvolvimento econômico do modo de produção capitalista por meio do cooperativismo, que segundo dados governamentais têm possibilitado um grande crescimento na economia gerada pela produção, sobretudo, quando se analisa os dados do progresso de cooperativas agropecuárias, sendo que as cooperativas passaram a ser consideradas como uma das saídas para o desenvolvimento socioeconômico do país.

O fomento ao cooperativismo e ao associativismo no meio rural procura unir os agricultores familiares em torno de objetivos comuns, gerando também economia de escala a nível local e regional permitindo condições de produção e comercialização mais adequadas e favoráveis à inserção nos mercados. Visto que, por meio do cooperativismo ou associativismo a agricultura familiar pode integrar forças para responder aos desafios impostos pela concorrência dos mercados melhorando sua inserção, principalmente nos setores que existem compras públicas de alimentos.

2 | ASSOCIATIVISMO EM JAPARATUBA-SE: A CASA DA MANGABA

Sergipe é considerado o maior produtor de mangaba do Brasil, com produção girando em torno de 4,5 mil toneladas ao ano. A preservação da mangabeira nativa e o plantio comercial são as únicas maneiras de garantir a permanência em Sergipe. Porque, ao preservar a espécie nativa, garante a biodiversidade da região, agrega valor econômico ao produzir em grande escala a mangaba e mostra a viabilidade financeira. Porém, as mangabeiras vêm sendo extintas, planta endêmica da restinga, vem sofrendo com a

expansão desordenada dos empreendimentos imobiliários.

Muitas mulheres dependem desse fruto para reprodução social, o extrativismo da mangaba da coleta a comercialização é realizado predominantemente pelas mulheres, esse trabalho é visto como complementar mesmo constituindo parcela importante da renda familiar, por meio da venda direta do fruto in natura, ou por meio da agregação de valor, fabricando bolos, doces, licor, cocada, biscoito entre outros. Devido a necessidade de preservação instrumentos legais em vigência, protegem a reprodução social dessas mulheres, com destaque para a Lei Estadual no 288/2010 (reconhece todas as catadoras de mangaba de Sergipe como grupo culturalmente diferenciado) e o Decreto Federal no. 4887 de 20 de novembro de 2003 (regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos), não têm sido suficientes para diminuir o desmatamento das mangabeiras nativas.

Dessa forma, as mulheres rurais do povoado porteiras distante 20 km da sede do município de Japarutuba no estado de Sergipe a partir de uma reunião decidiram adotar a prática da cooperação agrícola um modelo que visa beneficiar e resolver alguns problemas, tais como: o baixo desenvolvimento e a dependência que acompanham pequenas comunidades, agregação de valor a mangaba in natura e a preservação ambiental da localidade.



Figura 1: Casa da Mangaba –Sede

Fonte: Trabalho de campo,2017.



Figura2: Registros dos cursos, feiras, eventos, exposições

Fonte: Trabalho de campo,2017.

A Associação das Catadoras de Mangaba do povoado Porteiras, em Japaratuba, surgiu com 24 mulheres as mesmas permanecem a frente do projeto, foi financiada pela PETROBRAS (Petróleo Brasileiro S.A). Grande parte das vendas são destinadas ao PNAE, para as prefeituras os produtos fabricados são: bolos (mangaba, banana, cascão, milho, mel), biscoitos, geleia, balas (mangaba, banana), bombom de mangaba, trufas de mangaba, licor (genipapo e mangaba) e tortalete. Esses são vendidos para a prefeitura Municipal de Japaratuba e também recebem encomendas de outras prefeituras. Para trabalharem as mangabeiras receberam cursos ministrados pelos instrutores do Sebrae, que ofereceram ao grupo conhecimentos e técnicas do manuseio à comercialização dos alimentos para aumentar a produção e qualidade e atendimento. Os produtos também são vendidos em eventos realizados no estado de Sergipe.



Figura 4: Produção de bolos, balas e biscoitos

Fonte: Trabalho de campo, 2017



Figura 5: Produção de Licores

Fonte: Trabalho de campo, 2017

A renda obtida na produção tem modificado as condições de vida visto que, elas passaram a fazer melhorias em suas casas em reformas, realizando compras de eletrodomésticos, investido na compra de remédios e saúde em geral, viagens com a família e compras de produtos para a casa da mangaba.

Despulpadora



Figura 6: Maquinários da Produção



Figura 7: Batedeira Industrial

Fonte: Trabalho de campo,201. Arquivos: Handresha Rocha

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante das discussões apontadas, apresenta se qualitativamente algumas informações sobre a implantação da Casa da Mangaba, a fim de elucidar a importância das cooperativas como meio de promoção para melhoria da qualidade de vida dos habitantes no meio rural.

Para tanto, se fez necessário analisar referenciais teóricos e realizar pesquisa de campo que permitiram descrever alguns aspectos pertinentes, levando-se em consideração o cotidiano dos habitantes do povoado Porteiros. Além de entrevistas semiestruturadas, observações, depoimentos, acompanhando o dia a dia da comunidade como também dialogando e integrando no espaço social.

Diante da aplicação dos 20 questionários e das 15 entrevistas, foram analisados de acordo com amostra aleatória constatando-se a participação positiva e ativa de 85% da população no trabalho associativista, excluindo desse montante as crianças e os idosos que ajudam em algumas tarefas diárias sem expressivamente colaborarem nas colheitas ou na agroindústria. A partir dessa constatação é possível afirmar que existe um forte sentimento de pertencimento e identidade entrelaçados nas raízes culturais da localidade que busca coletivamente melhoria nas condições de vida.

O cooperativismo busca unir as mulheres em prol de objetivos comuns, gerando uma economia de alcance a nível local e regional proporcionando condições de produção e comercialização melhores e favoráveis à inserção nos mercados. Permitindo adequadas formas de integração, favorecendo o desenvolvimento no campo.

Um outro detalhe importante verificado é em relação a constituição da renda, pois a pequena agroindústria tem auxiliado no complemento da renda e não é a renda principal das mulheres, sua renda advém da produção de artesanatos, venda direta da mangaba em feiras e livres e em terceiro lugar a renda relacionada aos subprodutos da casa da mangaba. Visto que só produzem quando há pedidos, e o lucro médio mensal corresponde de R\$ 500 á R\$ 2000 reais.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É pertinente afirmar que a principal característica das cooperativas e associações é oferecer aos seus cooperados melhores condições econômicas e sociais. Dessa forma, a estas atuam como um meio de promoção dos interesses de seus membros.

Percebe-se que é viável a constituição de associações e cooperativas, como forma de gestão das pessoas. É possível melhorar as condições de vida por meio do aumento da renda, quando as pessoas se organizam de forma cooperada. Os esforços em conjunto criam desafios e despertam o interesse para uma gestão participativa.

Por tanto, a aplicação das cooperativas e associações elucida neste sentido a sua devida importância, na perspectiva de acionar avanços para o desenvolvimento rural apoiado pelo governo e iniciativas privadas, assegurando o discurso de melhoria socioeconômica promovendo a permanência dos produtores nas regiões rurais para garantir sua sobrevivência no campo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Francisco Fransualdo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: UMA ANÁLISE SOBRE A SITUAÇÃO REGIONAL E SETORIAL DOS RECURSOS.** *Soc. & Nat.*, Uberlândia, ano 23 n. 3, 483-496, set/dez. 2011

BRASIL/FNDE, 2011. <http://www.fnde.gov.br/...do.../2349-guia-pnld-2011---anos-finais-do-ensino-fundamental> acessado em junho de 2016

FURTADO, Celso (2004) “**Os desafios da nova geração**”. Revista de Economia Política 24: 483-486. Discurso na cerimônia de abertura da III Conferência Internacional Celso Furtado, Rio de Janeiro, URFJ, 2004

GRISA, Cátia. **Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** In: CONGRESSO DA SOBER, 47. Anais... Porto Alegre. 2009.

LISBOA, Josefa Bispo de. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança.** Núcleo de Pós Graduação em Geografia. Aracaju.2007

MOTA, Dalva Maria da. **As Catadoras de Mangaba: problemas e reivindicações** et al. Belém PA Embrapa Amazônia Oriental,2007

RODRIGUES, Raquel Fernandes de Araújo et.al **As catadoras de mangaba em defesa dos seus modos de vida**. Aracaju:Embrapa Tabuleiros Costeiros, 20015 (ISSN 1678-1953;192)

SCHNEIDER Sergio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias. Porto Alegre ano 6, n.11, p 88-125, jan./jun.2010

_____. **Políticas Públicas, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 114.

PLOEG, J.D.V.D **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**; Tradução Rita Pereira. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.372,2008

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

SOUZA, C. **Políticas Públicas: Uma revisão da literatura**. Sociologias. Porto Alegre:ano08, nº16, jul/dez,2006, p.20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em fevereiro de 2014

TEDESCO, João Carlos (Org.) **Agricultura Familiar; Realidades e Perspectivas**; Passo Fundo; Editora da UPF, 2001, pp. 57-103.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local ((sob o ângulo do Estado)** http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_atr_pp_papel.pdf 2002

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2a. ed. 2001 Passo Fundo: EDIUPF, cap. 1, p. 21-55, 2

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura familiar 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 75, 76

Antropometria 77, 78

C

Camponeses 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 76

Canções 53, 104, 105, 106, 108

Ciclo de vida 134, 135, 136, 142, 143, 144

Condições de trabalho 186

Cooperativismo 67, 68, 69, 71, 74

Cuidados 20, 98, 100, 102, 154, 200, 202

D

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 22, 24, 27, 29, 44, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 89, 92, 101, 103, 115, 118, 133, 135, 142, 143, 150, 151, 165, 167, 168, 175, 181, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 207, 213, 217, 218, 219, 220

Desenvolvimento regional 1, 2, 4, 6, 7, 8, 11, 12

Desigualdade social 1, 147

Doenças cardiovasculares 77, 78, 79, 81, 83, 85

E

Educação integral 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31

Emprego precário 186

Encenação 104, 110, 112

Engajamento 104, 105, 107, 110, 111, 113, 114

Enunciação 115, 116, 118, 122, 123, 131, 132

Envelhecimento humano 32, 39

Equilíbrio 5, 37, 45, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 203, 213, 220

Escola básica 13, 14, 21, 28

Exercício físico 77, 78, 79, 85

Experiências 13, 14, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 35, 40, 44, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 90, 100, 101, 103

F

Federalismo 1, 10, 11, 12

Fragmentação 7, 9, 10, 52, 65, 146, 147, 148, 153, 163, 164, 217

G

Geografia do envelhecimento 32, 34, 39

Grupo de Teatro Opinião 104, 109

J

Jovens 15, 33, 38, 89, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 127, 200, 201, 202

M

Marília 145, 146, 147, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 163, 164, 165

Mercado imobiliário 146, 149, 151, 152, 164

Mercado Municipal 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 144, 145

Migração 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 128, 217, 218, 219

P

Planejamento regional 1, 4, 11, 12

Planejamento turístico 134

PMCMV 146, 149, 150, 151, 152, 153, 158, 159, 163

Políticas públicas 1, 9, 10, 11, 50, 60, 61, 63, 64, 67, 68, 70, 71, 75, 76, 84, 147, 148, 149, 150, 153

Prevenção 20, 77, 78, 82, 84, 98, 99, 100, 103

Protagonismo 98, 103

R

Reforma trabalhista 186, 187, 189, 190, 192, 193

Representação social da velhice 32, 34

S

Saberes 29, 35, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 101

Segregação 146, 147, 150, 155, 156, 163, 165

Semiótica do discurso 115, 116, 118, 121, 132

T

Taxas 117, 166, 169, 170, 173, 175, 176, 178, 179, 181, 184

Tempos-espacos educativos 13

Tesouro direto 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181

Títulos públicos 166, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 179, 180, 181, 183, 185

Trabalho intermitente 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193

Tributos 166, 170, 172, 173, 177, 184

V

Vulnerabilidade 33, 98, 128, 198

Contribuições das

CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade

- 
-  www.atenaeditora.com.br
 -  contato@atenaeditora.com.br
 -  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 -  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2022

Contribuições das

CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade

- 
-  www.atenaeditora.com.br
 -  contato@atenaeditora.com.br
 -  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 -  www.facebook.com/atenaeditora.com.br